



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639964 - RS (2021/0012217-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEISE CASPANI COLLET - RS051075
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : HENRI JONAS DA FONSECA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HENRI JONAS DA FONSECA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação n. 0086700-71.2020.8.21.7000).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos de reclusão e 600 dias-multa em regime inicial fechado, pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta a impetrante que "a Colenda Câmara deixa de aplicar a causa de diminuição em razão de o paciente responder a outros processos, os quais não transitaram em julgado. No entanto, ainda que haja, de fato, outros processos em curso, cabe o posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal junto ao Recurso Extraordinário nº 591.054, que veio a tornar-se o Tema de Repercussão Geral nº 129, o qual consiste em afirmar que processos em andamento não têm o condão de afastar a incidência da minorante em comento. " (fl. 04)

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para "determinar a incidência da minorante prevista junto ao art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/06, e, por consequência, readequar o regime inicial e substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. " (fl. 06)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da ementa do acórdão de fls. 3424-338:

"APENAMENTO. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. REGIME DE CUMPRIMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ARTº 2º DA LEI Nº 8.072/90. ESTABELECIDO O REGIME INICIAL SEMIABERTO. A obrigatoriedade do regime inicial fechado é inconstitucional, de acordo com o entendimento do STF, firmado no julgamento do HC nº 11.1840/ES. Assim, nos termos do art. 33, § 2º, alínea "b" do Código Penal o regime inicial de cumprimento da sanção deve ser o semiaberto. ISENÇÃO DA PENA DE MULTA. INVIABILIDADE. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. RÉU ASSISTIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA CONCEDIDO. LIBERDADE PROVISÓRIA. INADMISSIBILIDADE. SUBSISTÊNCIA DOS MOTIVOS ENSEJADORES DA PRISÃO CAUTELAR. Apelo parcialmente provido."

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência